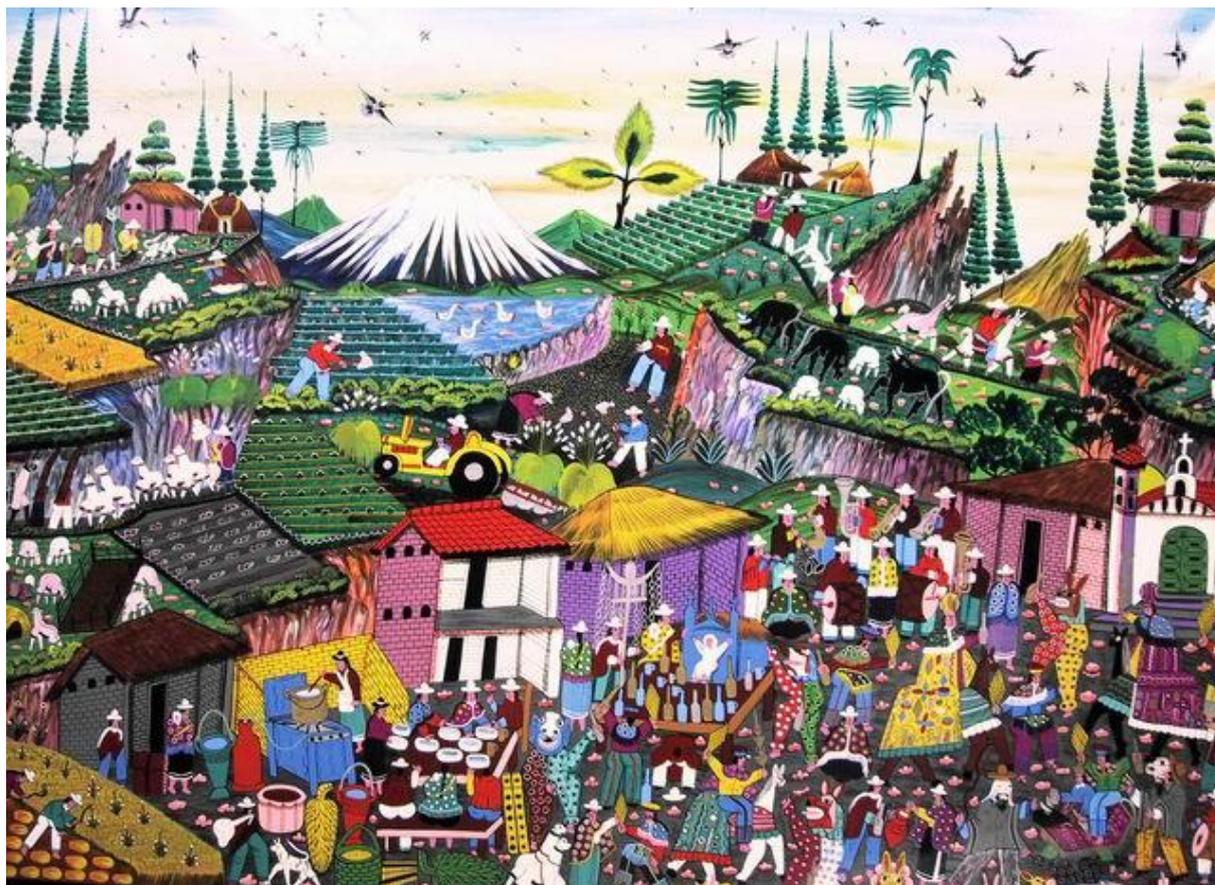


CULTURA & TERRITÓRIO¹

Jorge Luiz Barbosa



Tapeçaria Andina. O território testemunha, em seus múltiplos usos, as pluralidades de práticas culturais e narrativas estéticas que configuram a complexidade de modos de vida. O território é concretude dos atos dos sujeitos sociais e expressão das possibilidades de afirmar diferenças culturais. Foto: Jorge Luiz Barbosa.

¹ Excertos de BARBOSA, J. *Cultura & Território*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. Adaptado.

Introdução

Iniciamos a nossa prosa afirmando que as relações entre a cultura e o território são múltiplas e complexas. Nenhuma novidade nessa afirmação, a não ser quando se busca **revelar, ou colocar em evidência, os fazeres e saberes da cultura ao eleger o território como mediação de sua leitura inteligível e realização sensível**. As conexões entre o território e a cultura são expressas nas práticas dos sujeitos individuais e coletivos, uma vez que elas constituem mais do que um campo disciplinar ou intelectual, pois significam expressão de tensões e disputas de imaginários sobre o significado do mundo em que vivemos.

Aqui, buscaremos trazer narrativas que constituem a posição ocupada por sujeitos sociais e como estes respondem pela **disposição territorial das relações simbólico-existenciais**. O território guarda, portanto, os investimentos simbólicos que afirmam o nosso ser-no-mundo e, ao mesmo tempo, contribui para exteriorizar os significados de nossas práticas socialmente construídas. **É por meio da apropriação do território que se geram os usos materiais e simbólicos, combinando maneiras de fazer e invenções do saber inscritas nas percepções e recepções culturais socialmente construídas.**

1. O território como conceito e prática social

O conceito de território possui uma tradição nada inocente no campo das relações societárias, e será essa mesma tradição de exercício de poder um caminho de seu entendimento no campo epistêmico. Apesar de o conceito de território ter assumido maior destaque nas ciências naturais, sobretudo para identificar a relação entre o domínio físico e a vida ecológica de espécies animais ou vegetais em uma determinada área, a Geografia tomará parte deste debate com mais afeição à senda aberta por F. Ratzel em sua *Antropogeografia* (1882), estabelecendo de modo mais ou menos tácito a relação Estado e território como marco paradigmático de leitura. Ou seja, o território ganha a especialidade de tratamento jurídico-político, cujo ator principal e, muitas vezes o único, seria o Estado. É por essa via que Jean Gottmann, nos anos 1950, trataria o território como porção do espaço geográfico e como uma extensão espacial sob a jurisdição de um governo.

O retorno ao território se tornava um exercício intelectual necessário para pensar e desvelar as sociedades na complexidade de suas relações sociais, econômicas e políticas.

O empenho de superação das concepções jurídico-políticas dominantes de entendimento do território – onde apenas o Estado era iluminado com agente absoluto da história – fez emergir a ressignificação do conceito na direção de sujeitos em suas práticas sociais. Nesse sentido, B. Pecqueur apresenta duas vertentes para considerar o território. A primeira seria a estabelecida por decisão político-administrativa, num processo denominado como *top-down*, definindo e afirmando interesses associados a recortes espaciais bem precisos. Nessa acepção, o território seria conceituado de “território dado”, produto de políticas dirigidas e sob a égide do Estado e de suas agências de gestão e aplicação de políticas. Como contrapartida, o autor evidencia **a construção de outro tipo de território. Seria um território construído pelos sujeitos sociais, não mais como um mero dado, mas um espaço-território, formado a partir de encontros de atores sociais, em um espaço geográfico, que procura identificar e resolver um problema comum (PECQUEUR, 2000).**

Para Rogério Haesbaert, a conceituação de território exige atualização na direção das definições de território-zona e território-rede. Para o autor, nas sociedades tradicionais prevaleceria uma construção de territórios em áreas ou zonas mais ou menos demarcadas com precisão, enquanto nas sociedades modernas predominaria a construção de territórios onde os elementos dominantes seriam as redes ou a geometria dos pontos e linhas. A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cederia lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de dominação do espaço. Seriam, porém, preponderâncias, pois nunca existiram territórios puramente simbólicos ou puramente funcionais (HAESBAERT, 2005).

Santos (2002) definiu **o território como um híbrido, algo submetido às dinâmicas políticas, econômicas, técnicas e culturais da sociedade, condensando e exprimindo contradições e conflitos das relações entre sujeitos em suas histórias de inserção no mundo e invenção da vida:**

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2006: 13).

De fato, há acontecimentos que abrigam posições e normativas de comando de uma ordem distante, e distanciada, do território de nossas existências, muitas vezes ocultos e desconhecidos, e não raramente indiferente aos impactos que provoca, se faz em um jogo

de tensões com a ordem próxima, justamente àquela que diz respeito ao cotidiano de indivíduos e coletivos sociais. **Portanto, é no território que tudo se junta, todas as forças e fraquezas, todas as virtudes e perversidades.** Enfim, todas as ações e intenções que envolvem as instituições, as empresas, as classes sociais e as pessoas no emaranhado de suas distintas relações. **É por esta via que se torna possível conhecer os sujeitos em cenas sociais concretas; suas escalas de aparição, a força de sua presença, a trama de suas ações conflitantes e, em especial, os significados de suas ações objetivas e intencionalidades subjetivas.**

A concepção ampla do significado do território tem no conceito de uso o principal filtro de seu entendimento, correspondendo às experiências práticas dos sujeitos sociais. Reportamos ainda aos ensinamentos de Milton Santos quando este autor afirma que o território em si mesmo não tem valor, mas sim o território usado: *o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado* (SANTOS, 1994: 16).

É desnecessário afirmar que os territórios são regidos por forças hegemônicas de reprodução do capital, da privatização e objetivação de recursos da natureza, de exploração da força de trabalho e violação de direitos. É justamente por estes motivos explicitados que o significado da apropriação do território e, em especial, seus usos por parte dos sujeitos sociais, são possibilidades de desvendamento das contradições dos regimes político-econômicos e de ser tomado como campo de oposição aos poderes discricionários e de enfrentamento das desigualdades sociais provocadas pela alienação do território.

Por outro lado, **é também o território uma experiência de descoberta de si com o outro. É uma oportunidade de tessituras de solidariedade e de invenção de convivências plurais. A vivência do território permite a afirmação da alteridade como ligação entre sujeitos em suas práticas e em seus desejos.** E, com certeza, é o território a cena propícia de reconhecimento de nossa condição de humanidade, no profundo respeito às diferenças de ser-no-mundo. Podemos afirmar que **o território é um componente fundamental na construção de uma política de direitos plenos à cidadania e a radicalização da democracia política.**

2. O território em seu enlace com a cultura

No rastro da construção crítica do território como recurso e abrigo de homens concretos e mulheres, o empenho intelectual foi orientado para o reconhecimento da dimensão material do território como recurso e abrigo de existências sociais, porém envolvidas, elas mesmas, nas tramas das construções simbólicas. Portanto, as espacialidades objetivas das ações intencionais de apropriação dos recursos da natureza e os usos de objetos construídos estão em coexistência permanente com as práticas sociais e vivências subjetivas do território. Assim, podemos afirmar que **o território se explicita tanto em referência ao tangível (formas materiais) como ao intangível (processos simbólicos) nas relações constituintes dos sujeitos sociais.**

Os grupos sociais marcam o seu território para reprodução da vida social para mobilizar recursos materiais e espirituais significantes para sua existência. Assim podemos abordar os modos de delimitação e de ligação dos territórios para além dos instrumentos empregados pelas agências de poder do Estado ou mesmo das classes e/ou grupos sociais interessados em garantir o domínio sobre os bens materiais. Assim entendendo, é preciso considerar novos jogos de relações e percursos de apropriação e usos nos quais **os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva (GUATARRI, 1985: 110).**

Trata-se, agora, de **pensar o território com agenciamento de fluxos de bens materiais e simbólicos, de produção de relações e de movimentos de sujeitos sociais.** As malhas das ações que fazem a tessitura dos territórios passam a ser tão importantes como as amarras mais ou menos precisas que os delimitavam, conduzindo um debate sobre a diferenciação como fundamento da criação/demarcação de territórios nas atuais condições da história. As proposições que buscaram atualizar o debate do território estão associadas aos esforços anteriormente realizados por parte de diferentes geógrafos que incorporaram as práticas culturais em suas preocupações intelectuais.

Está presente na *virada crítica* de incorporação do simbólico à leitura e à percepção do território a perspectiva de superação do pragmatismo científico fortemente dominante nos estudos geográficos, como podemos perceber mais claramente nas posições críticas de Jöel Bonnemaïson:

[...] o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, é subjetividade

e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as idéias de diferença, de etnia e de identidade cultural. (BONNEMAISON, 2002: 126).

No bojo do debate do sentido o imaginário simbólico na significação do território é que a cultura, no sentido mais amplo, passa a ganhar referência na compreensão dos laços por meio dos quais a apropriação e uso das condições materiais do território se efetivam:

(...) A cultura é uma herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulhado no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto, um conjunto fechado e mutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura se transforma, também sob o efeito das iniciativas que florescem no seu seio (CLAVAL, 1999: 63).

É importante frisar que a ênfase no diálogo com cultura na *virada crítica* de leitura do sentido do território não significou negligenciar processos econômicos, políticos e ecológicos que envolvem a apropriação e uso do espaço social, mesmo porque esses processos considerados como mais gerais, ou como campo de forças da totalidade da vida social, também se nos apresentam envolvidos com a cultura. O esforço era fazer aproximações entre os usos do território e os saberes-fazeres da cultura na construção social das relações humanas entre si e com a natureza, tornando a leitura geográfica mais atenta às diferenças das sociedades e entre os grupos sociais em suas espacialidades de existência.

A identificação cultural estaria associada a invenções compartilhadas e apropriações coletivas de recursos materiais e simbólicos, fazendo do território não só um campo de demarcação de seus usos, mas também um ativo mobilizado para a sua afirmação e atualização das próprias identidades construídas: *“a cultura é considerada como o conjunto dos traços característicos do modo de vida de uma sociedade, de uma comunidade ou de um grupo”* (FORQUIN, 1993: 11).

Se a cultura pode ser uma maneira pela qual o homem encontra o mundo e se vê, **as possibilidades cognitivas das formas da cultura estão intimamente associadas às condições da pluralidade de suas inscrições territoriais.** Não há dúvida que ainda podemos identificar manifestações culturais que remontam a diferentes épocas e se fazem representativas da acumulação de experiências humanas. Isto significa **a criação de linguagens particulares de rememoração e atualização de acontecimentos, ideias,**

crenças, mitos, práticas, artefatos, costumes, hábitos: *falas dos territórios* que costumam o tecido denso do existir dos seres humanos e permitem que nos vejamos como fazendo parte de uma complexa realidade social (BARBOSA, 2006).

Entra no debate da pluralização das identidades o movimento da historicidade da cultura, associado às dinâmicas inteiramente novas da configuração de nossos territórios de existência. Embora os sujeitos sociais estejam situados em espaço-temporalidades demarcadas, isto não significa que suas histórias sejam fixas e suas geografias estejam aprisionadas. Como assegura Walter Mignolo:

Pensar na organicidade entre língua, cultura e território será somente possível dentro da epistemologia colonial-moderna, que separou o espaço do tempo, fixou culturas a territórios e as localizou atrás no tempo da ascendente história universal da qual a cultura europeia (também fixa a um território) era o ponto de chegada e guia para o futuro (MIGNOLO, 2005: 9).

Concordamos com Raymond Williams quando este compreende a cultura como um sistema vivido de significados e valores que dá sentido à realidade, mas que também deve ser levado em conta como dominação e como subordinação de classe que o envolve e o reitera como relação de poder: **[a cultura] é um sistema *significante mediante ao qual (embora não exclusivamente) uma ordem social é comunicada, reproduzida e experimentada* (WILLIAMS, 1981: 13).**

Não somos mais indivíduos com identidades duradouras e indivisíveis! Somos, agora, sujeitos (e não mais indivíduos), pois estamos envolvidos em tramas de relações plurais e nos tornamos portadores de estratégias identitárias em elaboração permanente de processos cognitivos, políticos e territoriais, para mobilizar valores de relacionamentos sociais e culturais mais amplos. E assim que somos capazes de construir “celebrações móveis”; *formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam* (HALL, 2000).

Sujeitos imersos na pluralidade de relações requerem múltiplos usos do território em que residem. Assim, em consonância à crise das identidades fixadas é reafirmada a importância da concepção de território usado, espaço-tempo demarcado para exercício dos sujeitos encarnados no movimento múltiplo e uno das diferenças socioculturais. A superação do território como atributo exclusivo da soberania do Estado está diretamente vinculada à crise de sentido dominante da identidade como fixada em emblemas conservadores e fetiches do passado, tanto a carregada da ideologia do nacional como a

do seu subproduto, a *identidade regional*. **Para além do trabalhar e do habitar, o território é abrigo para as cristalizações de símbolos, de memórias e de valores que encarnam o sentido da cultura.** E, por meio da apropriação do território que se geram modos e os estilos culturais, combinando as maneiras fazeres e invenções de saberes inscritos em posições culturais socialmente construídas.

O território emerge como um acervo prático-simbólico, onde tudo pode ser continuamente reconstruído e reordenado das mais diferentes maneiras possíveis, porém com os repousos relativos que tornam o mundo uma vivência corpóreo-sensível. Como nos ensina Michel Bernard, seria redundante justificar o reconhecimento do corpo na percepção do território e da cultura. A própria vida coloca o corpo como mundo, como espaço, como tempo. Nós desejamos, sentimos, agimos e inventamos com e como corpo. Como insiste Merleau-Ponty (1999: 472), a subjetividade *arrasta seu corpo atrás de si*. Portanto, **o corpo é uma mediação social (BERNARD, 2016) necessária à constituição de territórios e, por extensão, de condições da realização da cultura.** O corpo está inscrito na construção território como expressão estética e política.

As formas estéticas expressas nas cores das roupas, dos cabelos ou dos gestos são escolhas corpóreas em disputa de imaginários sobre o sentido de si dos sujeitos e dos próprios territórios como experiência de sentido de suas práticas sociais. Elas também apresentam a escolha de parecer e de ser quando se relacionam como política dos corpos em seus símbolos de aparência. Tais mediações sociais afetam decisivamente os espaços que se deseja compartilhar e afirmar a legitimidade de presenças. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a *performática* de gestos, de rituais, de vestes também são modos de formação do espaço público, traduzido como apresentação de homens e mulheres em suas escolhas e reivindicações de suas inscrições na sociedade.

3. A relação território e diferença nas invenções culturais

Considerar o território em sua natureza coletiva de construção é também explicitar que a cultura é comunicação entre sujeitos em territórios socialmente usados. Estamos falando de trocas que tornam os territórios permeáveis à visitação do outro, do diferente e do ignoto. São encontros que conduzem   circularidade de produtos, de práticas e de imaginários que enriquecem as sociabilidades. **  justamente para o**

território que as invenções da cultura ganham sua dimensão prática, vivida, compartilhada; abrindo as possibilidades de sua apropriação como conceito e sua visibilidade como prática social (BARBOSA, 2006).

O território não é simplesmente um pedaço de chão que fechamos ao delimitá-lo. Não estamos diante de barricadas absolutas e exclusivistas de separação de indivíduos, grupos e classes sociais. As fronteiras entre territórios podem tomadas e tratadas como rígidas, constrangedoras ou como contenção, porém serão também porosas e permeáveis aos desafios das diferenças sociais e culturais. **Entram na cena do território o movimento de construção de proximidades de valores, a construção de afetividades e o reconhecimento de conflitos, que fazem da cultura uma grafia de intenções e ações humanas.** Guardamos, habitamos e vivenciamos territórios, porém isto só é possível quando estamos em sintonia com a diversidade do mundo.

Portanto, estamos falando de fronteiras como potências de comunicação de valores sociais, bens simbólicos e práticas culturais que ampliam o acolhimento da diferença e dos diferentes. Movimento contrapontístico às identidades fixadas e às primazias de uma cultura considerada como superior. É nesta perspectiva que **podemos falar em identidades plurais. Ou melhor, na mobilização de pertencimentos que nos situam no tempo-espaço das lutas de afirmação política de homens e mulheres em condições de opressão, violência e subalternização.**

Falamos, escrevemos e vivemos desde um território de enunciação, construindo culturas específicas que nos posicionam como sujeitos da palavra e da ação. Por isso é que o território deve ser percebido e vivido a partir de franjas porosas, por onde as relações de troca de ideias, de valores, de práticas e de objetos que se realizam em intensidades diferentes e densidades diversas. É esse conteúdo que precisamos entender as formas do território no contemporâneo. Quando defendemos as franjas de comunicação entre culturas e territórios significa afirmar que a circularidade de produtos, práticas e imaginários são indispensáveis para o enriquecimento de sociabilidades e, sobretudo, como um projeto de sociedade democrática, uma vez que a cultura é uma construção que permite os seres humanos a interrogação do seu cotidiano e sua projeção na direção do futuro.

Ao compreender o território como potência de comunicação também se pode vislumbrar a oportunidade de colocar a cultura como movimento de *pôr em comum* os saberes-fazeres em movimentos plurais de invenção, contestação ou reiteração de relações societárias. Rompe-se, portanto, as ideias de tradições imutáveis e de passados

intocados reivindicados para o domínio absoluto sobre territórios. Por mais recôndito ou específico que se nos apresente, nenhum modo de vida pode ser constituir em si mesmo. Nenhum sistema cultural pode se afirmar sem trocas simbólicas, pois a própria criação cultural é resultado de aproximações, interações e conflitos envolvendo a significação de atos humanos. A assertiva não é negar que demarcações de territórios de imanência não sejam significativas para afirmação de culturas indígenas e quilombolas, por exemplo. Ao contrário, só as reforçam, uma vez que se trata da construção de reconhecimento da diferença sociocultural como integrante da sociedade brasileira.

A cultura deve ser interpretada como significação de práticas dos grupos sociais, ao constituir não só um modo de ter, mas também um modo de se tornar sujeito-no-mundo. Não se trata mais do indivíduo, ou de um conjunto de indivíduos, produzido pela racionalidade de condutas impostas e úteis para compreensão e para ação em um mundo que lhe é externo. Mas sim daquele **sujeito que se permite indagar e escolher caminhos.** Afinal, **a cultura também se faz da desobediência aos códigos estéticos, às regras sociais e às interdições territoriais que limitam nossa existência na qualidade de sujeitos em busca de plenitude de suas experiências de sociabilidade.**

Entra em evidência, no processo aludido, o sujeito inacabado. O ser em movimento de reconhecimento de seus conflitos e vinculado à práxis da realidade que se inscreve. **É possível, portanto, colocar a relação cultura e território como experiência e horizonte onde os sujeitos demonstram suas condições de inserção social, sua constituição de humanidade e seus desejos de afirmação de direitos.** Não são estes os movimentos criados pelas galeras de hip hop, punk e funk das periferias das metrópoles contemporâneas? Portanto, se faz quase impossível imaginar tais movimentos como dissociados dos territórios de onde emergem; como as favelas, as periferias, os conjuntos habitacionais e os loteamentos precarizados em multiplicação em nossas metrópoles. **As densas tramas territoriais do urbano constituem movimentos culturais específicos e, ao mesmo tempo, em que os movimentos inscrevem suas práticas no urbano ao imprimir suas formas e ao inventar seus conteúdos estéticos em territórios específicos.**

A relação da cultura com o território é, portanto, uma prática criativa não exclusivamente associada à produção de bens e serviços, mas intimamente vinculada aos estilos de existência que conferem significado à vida de indivíduos e coletivos sociais. Podemos dizer que todas as pessoas possuem cultura. Todavia, a máxima ingenuidade que esta afirmativa possa abrigar não é suficiente para ocultar ou eclipsar

relações desiguais nas relações que involucram estruturas e processos culturais. Desigualdade que se exprime não exclusivamente em termos de acesso às condições de produção e circulação de bens simbólicos, ou mesmo nas distinções impostas ao seu consumo ou fruição (sobretudo os de valorização estética)². **Os critérios de classificação de objetos e espaços estéticos também impõem hierarquias de identidades culturais, estabelecendo os que estão dentro e os que estão fora do sistema de produção e fruição estéticas.** É desse modo que identidades podem ser valoradas ou discriminadas e, com elas, seus próprios territórios de existência podem ser tratados com rejeição e indiferença.

A reprodução de desigualdades no campo da cultura pode ser considerada mais genérica e, paradoxalmente, menos visível: *o não compartilhamento de experiências sensíveis*, como Barth (2000) alude com ênfase. Em nossa interpretação, trata-se de um radical processo de negação da presença do outro diferente na partilha da cultura, derivado do não reconhecimento de sujeitos e territórios como pertencentes a uma mesma humanidade. Os recortes de afastamentos dos diferentes e dos ignotos das cenas de compartilhamento impõem distinções corpóreo-territoriais na sociedade, originados em modos de violência simbólica – nos termos de Pierre Bourdieu – que restringem convivências generosamente plurais.

As desigualdades derivadas do não compartilhamento enfrentam o desafio do território, uma vez que neste tudo se junta, sobretudo porque emerge como experiência prático-sensível que responde, em uma primeira mirada, às necessidades de existência da sociedade e, como insistimos em nossa abordagem, correspondendo ao domínio de valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos por meio dos quais inventamos nossos abrigos de percepções e vivências *geossimbólicas* (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996). **Estamos colocando em causa as hierarquias que se impõem no ato da produção, distribuição e consumo cultural.** De um lado, emergem as relações horizontais de produção e apropriação da cultura, por meio das quais as fronteiras territoriais tornam-se porosas, portanto permeáveis à comunicação de experiências e à incorporação do diferente como legítimo. E, de outro, as relações verticais, definidas pelo

2 A distribuição espacial de equipamentos e bens culturais em nossas metrópoles é um retrato perverso das desigualdades sociais. Há uma forte concentração de teatros, cinemas e espaços culturais nas áreas centrais e nos bairros típicos de classes médias. Entretanto, em nossas favelas e periferias os investimentos públicos de porte no âmbito da arte e da cultura são de pequena importância, precários ou inexistentes. Em contrapartida, desses espaços populares que emergem diferentes subjetividades como forma / conteúdo de linguagens inovadoras, geralmente desconsideradas e desvalorizadas no campo das concepções ainda hegemônicas de arte e cultura.

status social e da distância territorial, constituindo indivíduos, grupos e classes exclusivistas de produção e consumo cultural. Em tal situação, a distinção e o afastamento se tornam extremados, os contatos são interditos, sobretudo quando este traz a marca da estigmatização do outro como não pertencente ao sentido dominante de humanidade.

As desigualdades resultantes do não compartilhamento das estruturas significativas da cultura se afirmam ao se reproduzirem no território, por isso conseguem alcançar a sua força sobre imaginários com suas reverberações raciais, étnicas, etárias e de gênero; portanto agindo sobre o corpo situado em conflitos (e em confrontos). Entretanto, as diversas e intrincadas teias de relações entre sujeitos sociais traduzem a revanche dos territórios, uma vez que esse é também um campo de forças contraditórias e ambivalentes que tensionam as desigualdades postas. **A crítica à desigualdade de tratamento, acesso e reconhecimento de formas e conteúdos culturais se torna mais evidentes, e contundentes, quando as os repertórios estéticos se tornam insurgentes e assumem mais claramente suas pertencas territoriais.**

O território encarna uma grafia que combina maneiras de fazer e invenções do saber em estilos de existência diferentes uns dos outros, muitas vezes contraditórios e conflitantes. **A relação com o território é, portanto, uma prática criativa não exclusivamente associada à produção de bens e serviços, mas também diz respeito aos estilos de existência que conferem significado às individualidades e coletividades sociais.** Agora podemos convocar o debate da cultura para além do seu sentido de linguagem de representações imagéticas, buscando trilhar seu entendimento como uma escrita de sujeitos sociais *para a apresentação de si com o outro* no mundo da vida.

Considerar a cultura como produção de significados simbólicos e materiais é argumentar sobre o *ethos* de uma sociedade, reconhecendo os conflitos e as contradições nos atos de produção e apropriação de narrativas de uso do território, e evidentemente, observando a tensa configuração de não compartilhamentos e de compartilhamentos culturais em sociabilidades concretas. É nesse sentido que sublinhamos que **a relação território e cultura** constitui mais do que um campo disciplinar ou intelectual, pois **significa uma expressão de tensões e disputas de imaginários como configuração de relações que criam ou retardam renovadas sociabilidades.**

Emergem, então, formas de linguagem, de vivências, de paixões e de imaginações que pluralizam as concepções e percepções de horizontes das sociedades em seus contextos espaço-temporais. Em outras palavras, estamos diante de **narrativas que constituem a**

posição ocupada e respondem pela disposição de relações dos sujeitos sociais nas cenas simbólico-expressivas em seus territórios guardados, habitados e vivenciados.

4. Território e territorialidades na contemporaneidade das “culturais locais” e “das culturas globais”

O território é produto de enlaces sociais das condições de nossa experiências de vida, bem como dos investimentos simbólicos que nos fazem apresentar nossa experimentação corpórea do mundo. Desse modo, **a cultura e o território possuem relações mais do que próximas, uma vez que se realizam mutuamente.** Entretanto, quando vivemos em relações globalizadas pelo mercado de produção e consumo cultural, começamos a indagar **qual é o papel dos sujeitos sociais em seus territórios de existência no contexto da globalização contraditória e desigual que se faz hegemônica no contemporâneo.**

Tornar-se incrivelmente avassaladora a circulação de imagens visuais e sonoras mobilizadas e expandidas em ambientes digitais privados e corporativos (tv por assinatura, *facebook*, *sites*, telefonia celular) constituindo um mercado cultural em extensão global. As fronteiras mais ou menos rígidas são atravessadas, se fragilizam e até mesmo se diluem diante da massificação da produção e consumo de signos efêmeros. O consumo de bens simbólicos na *era da reprodutibilidade técnica da cultura na acumulação globalizada*³ ganha radicalidade em sua função marcadora de distinções sociais (e raciais) entre classes, grupos e indivíduos, traduzindo inclusive comportamentos solváveis e modulados ao consumo insaciável com referência do sucesso individual. A cultura passa a assumir, no processo em descrição, um papel de centralidade na produção e circulação das mercadorias, tornando-se uma das *commodities* mais valorizadas das economias financeiras e industriais dos espaços centrais do capitalismo.

A questão proposta ao debate é a relação cada vez mais entrelaçada entre o mercado, o consumo e a cultura na construção de posições e distinções simbólicas no âmbito da reprodução social e das relações de poder. O que é consumido confere ao consumidor o poder de se diferenciar do outro, ostentar posições de reconhecimento social e afirmar vínculos sociais hierárquicos. **Trata-se de um regime de classificações**

³ Inspiro-me nas contribuições de Walter Benjamim, em especial no notório artigo *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica. Teoria da Cultura de Massa* (2000)

de sujeitos e territórios na ordem social contemporânea, cujas mediações são dadas pelo consumo privilegiado, especialmente de bens e serviços simbólicos, e não pelos direitos à cidadania. Todavia, é possível reconhecer conflitos, insurgências e enfrentamentos ao processo globalização da cultura, ou melhor, do domínio mercantil da cultura globalizada:

Com a globalização, a política cultural passa a se inscrever num conjunto mais amplo de demandas e formas de luta e pertença simbólica que veiculam pretensões de reconhecimento de culturas, étnico, sexual, afetivo e de potencialidades criativas inscritas em redes locais específicas de organização coletiva e individual (VENTURA, 2010: 119).

De fato, os meios de produção, circulação e consumo simbólico têm se expandido consideravelmente a partir da difusão de tecnologias de informação e comunicação, provocando novas condições de recepção, percepção e experimentação cultural que anulam distâncias de métricas físicas. **Encontros de tensões e colagens culturais passaram a fazer parte de nosso cotidiano de modo intenso e plural, permeáveis, cambiáveis e não menos conflitivas em suas condições de produção e comunicação** (COSTA; BARBOSA, 2016). **É sob a égide dessas novas condições gerais e específicas de manifestação da existência que as narrativas estéticas populares conseguem romper clausuras e provocam fissuras, mobilizando sujeitos e atos da diferença sociocultural.** A força dessa transposição de barreiras e limites espaço-temporais vem sendo um exercício de jovens que mobilizam e são mobilizados por meio do uso de tecnologias de comunicação, especialmente por parte das juventudes de grupos populares.

Mídias virtuais e as práticas territorializadas passam a envolver experiências sensíveis que abrigam e exteriorizam existências individuais e coletivas corporificadas. São, portanto, investimentos simbólicos, éticos e estéticos que promovem a visibilidade de sujeitos na disputa de imaginários sobre o significado de viver em sociedade. É justamente tendo esta cena em perspectiva que situamos as práticas culturais urbanas como o funk, o tecnobrega e o passinho foda – elaboradas em territórios populares, porém inscritas no espaço urbano na interseção de cultura, arte e tecnologia – como sociabilidades que renovam experiências de encontros e afirmam a pluralidade estética da sociedade, assim como interpelam com vigor as condições de democracia, da cidadania e das políticas direitos em seus territórios de existências. **Afinal quem são os autores das narrativas estéticas? Onde residem? Que referências culturais exprimem?**

Quais os desejos e demandas que encarnam como sujeitos sociais? Uma vez respondidas tais perguntas podem ser identificadas as qualidades das relações entre cultura e território na cena urbana contemporânea.

Não é sem assombro, portanto, que jovens das periferias urbanas inventem, por si mesmos, suas imagens (sonoras, visuais, tácteis) corporificadas e, com elas, possam mover os desafios sociopolíticos face ao regime distintivo de classificação da vida na sociedade. A composição e a difusão de músicas, vídeos, fotografias e bailados por parte das juventudes das favelas e periferias são narrativas de si e de seus territórios que ganham mobilizações muitas vezes inesperadas nas *mídias virtuais*, fazendo a superação de fronteiras outrora mais rígidas (pela distância física e/ou pelos poderes discricionários estabelecidos) e limitadoras de processos de comunicação e de reconhecimentos de jovens negros marcados ferreamente com estigmas de violência e estereótipos de carência.

Para Santos (2002: 61) a cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimas; uma vez que a cultura é um processo imerso na vida simbólica e material dos grupos sociais, assim como é a territorialidade é um produto relações estabelecidas a partir do movimento de demarcação/ocupação simbólica do território. Sendo assim, é possível identificar territorialidades nas marcas impressas nas práticas discursivas, gestuais e performáticas dos sujeitos sociais. **As especificidades culturais presentes no território passam a ressaltar os atributos diferenciais deste mesmo território e como mobilização de um ativo territorial na relação entre sujeitos e, evidentemente, com outros sujeitos individuais e coletivos de outros territórios.**

É nesse sentido que muitas experiências e experimentações de territorialidades atuam na afirmação de pertencas plurais, promovem a circulação interterritorial de narrativas, desenham um novo campo afirmação cidadã e, ao seu modo, retomam para si a construção do virtual como territorialidade do possível de realização de suas potências socioculturais. Portanto, compreender a resignificação de sujeitos sociais em territorialidades plurais se constitui a partir da formação e afirmação de intersubjetividade de enfrentamento à invisibilidade social que incide diretamente sobre homens e mulheres profundamente marcados por desigualdade sociais.

Queremos afirmar que, cada vez mais, as narrativas estéticas inventadas em territórios específicos ganham ampliam e reverberação em fluxos de cruzamento de experiências entre jovens, geralmente acantonados em territórios urbanos em condições extremas de desigualdade em nossas metrópoles, sobretudo devido às

apropriações possíveis de tecnologias de comunicação. Estas apropriações passam a funcionar como dispositivos de sensibilidades, sobretudo quando são apropriados por jovens desapropriados das condições de autoapresentação. **Sujeitos situados em territórios simbólico-existenciais mobilizam e manejam meios de produção e comunicação desafiadores das condições discricionários de espaço/tempo para proclamarem, a seu modo, a sua inserção no movimento provocado pela nova condição de urbanidade configurada pelos meios tecnológicos.**

O processo em causa é criador de territorialidades, aqui definida como marcações móveis que se estabelecem como assinaturas autorais, com estilos de produção e performances de mobilização de subjetividades de sujeitos situados em relações desiguais de poder. É esse o papel assumido das territorialidades como *posições de encontro* que fazem a diferença emergir como potência de mudança e disposição contrapontística aos regimes de hierarquização sociocultural. É por essa via que *galeras* vinculadas às rodas culturais de hip hop e dos bailes funks podem reverberar seus repertórios e apresentar suas performances em músicas e danças para além da vivência territorializadas em suas comunidades de morada.

O ingresso *em cenas digitais* significa a apropriação e uso de tecnologias afirmam a visibilidade do jovem de origem popular, geralmente estigmatizado como violento e desconhecido como cidadão na cidade. Esse processo significa, por outro lado, uma possibilidade formidável de ampliação de sua experiência de tempo/espaço, uma vez que sua mobilidade urbana é reduzida e constrangida por condições econômicas, sociais, raciais e territoriais. **Entrar na comunicação digital foi um passo decisivo para sair da condição de gueto e buscar outras experiências mais alargadas de cultura e sociabilidade:**

As novas práticas, atitudes, modos de pensar e valores que se desenvolvem nesse contexto informacional transcendem, em muito, sua infraestrutura tecnológica material, para mobilizar novas experiências territoriais e, no seu desdobramento de realização, a construção de territorialidades de diferentes manifestações de existências de sujeitos sociais. Emergem assim marcações de pertencimentos para proclamar outras existências e outros territórios contrapontísticos ao regime hegemônico de representações globalizadas (COSTA; BARBOSA, 2016).

Nas ruas os jovens e as jovens das favelas e periferias não são reconhecidos como cidadãos plenos e cidadãs plenas. Não possuem sua cidadania reconhecida, seus corpos não estão abrigados e suas vidas radicalmente desrespeitadas. Agora na sua “cena digital” eles se mostram, falam de si, identificam suas preferências, afirmam seus gostos, mostram seus desejos. Tudo isso porque estão com outros jovens e outras jovens em fluxos de ideias e demandas socioculturais. Ao entrar em contato com jovens parecidos com eles e diferentes deles, compartilham diversos produtos simbólicos em *redes digitais*. Músicas, vídeos, fotos começam a circular para as apresentações de si e de seus territórios de morada. Há, portanto, a criação de pertenças. Pertenças que não são apenas virtuais, pois eles se comunicam com signos e significados que lhes são comuns, tendo com sua referência na rede de conversações o próprio vivido no território habitado por eles.

Podemos falar, sem muitas dúvidas, da fragmentação, da seletividade e da hierarquização presentes na comunicação virtual. Todavia, é possível também apostar nas possibilidades de aproximações entre distantes e de convivências entre diferentes. É assim que os encontros acontecem provocados por dispositivos digitais. São chamados para experiências estéticas, para o compartilhamento de vivências simbólico-existenciais.

A construção estética dos sujeitos se faz na composição corpo/território como um campo de múltiplas atuações culturais e linguagens artísticas. É um modo geográfico de manifestação de estilos em tensão ao padrão consumado e consumível de bens simbólicos impostos ao cotidiano urbano. É nesse sentido que outro desenho de espaço público está em curso na sociedade contemporânea, uma vez que é constituído por diferentes sujeitos em posição de desigualdade de poder e se colocando em uma cena autônoma de apresentação de si. **Podemos dizer que estamos diante de uma estética da existência, potência da vida dos sujeitos em oposição ao espaço urbano disciplinado pela propriedade privada e controlado pelo consumo mercantil globalizado, demarcando em seus movimentos performáticos a afirmação das existências de jovens, negros em sua maioria, residentes em periferias, subúrbios e favelas.** Nesse sentido, criar territorialidades estéticas a partir de estilos poéticos/corpóreos é confrontar normativas homogeneizantes que suprimem os múltiplos outros e os definem enquanto perigosos para a vida em comum. **Quando sujeitos agem de modo orientado para transformar sua experiência sensível e combater as restrições à diferença, eles também abrem o debate sobre o motivo pelo qual alguns sujeitos são silenciados, invisibilizados e, até mesmo, exterminados.**

Afirmamos então que circularidade de produtos, práticas e imaginários culturais são indispensáveis para os enriquecimentos sociais e, sobretudo, como um projeto de sociedade democrática. A mobilização de imaginários nas redes técnicas conjugadas às apresentações de si em cenas públicas revela uma nova e vigorosa trama política da estética e, com essa construção pública em seu sentido pleno de compartilhamento e reconhecimento de diferenças, contribuir decisivamente para as transformações inadiáveis da sociedade. **Quando tratamos dos repertórios do imaginário em uma concepção crítica**, particularmente na sua historicidade de homens e mulheres em seus territórios usados, estamos diante de um duplo desafio: **reconhecer e afirmar sujeitos em territórios e territorialidades na disputa de proposições dos rumos da sociedade, particularmente diante da centralidade política da cultura no contemporâneo**. É esta a perspectiva que nos leva a incluir os territórios populares nas tramas do devir da cultura urbana.

5. Territórios populares nas tramas do devir da cultura urbana

A centralidade da cultura no consumo em nossos dias implica, inclusive, mudanças significativas nas cidades. Elas mesmas transformadas em abrigos de consumo e de consumidores como um grande objeto a ser valorizado pelo seu apelo cultural. As cidades - ou melhor, parte delas - são reconfiguradas, revitalizadas e enobrecidas com investimentos em equipamentos e cenários culturais, reiterando processos sociais discricionários. Para estar em consonância com esse *modelo urbano* se faz preciso que as cidades se apresentem como espaços atrativos, estimulantes e agradáveis para empreendimentos corporativos. É sob este viés que a cultura assume um papel fundamental na economia urbana da contemporaneidade:

(...) convém a necessidade de realizar estas atuações mediante 'produtos' como, por exemplo, programas de construção de hotéis, campanhas promocionais de ofertas turísticas integradas, projetos culturais, venda de imagem de cidade segura e atrativa, campanhas específicas de atração de investidores e congressistas". (BORJA & CASTELLS, 1997, p.192).

Há, portanto, uma profunda instrumentalização da cultura, notadamente a serviço da valorização mercantil de espaços urbanos e, sem exageros, constituindo álibis ideológicos para projetos arbitrários de requalificação urbana. Sob esse “paradigma”

os antigos bairros industriais e portuários são remodelados - sobretudo os localizados nas regiões centrais das cidades - para dar lugar aos museus, aos centros culturais, aos teatros shopping centers, aos restaurantes exóticos, às cinematecas e aos equipamentos esportivos, notoriamente grandiosos e monumentais, vide os cenários urbanos constituídos em Barcelona, Londres, Boston, Bilbao, Buenos Aires etc., hoje, em curso na cidade do Rio de Janeiro com o “Porto Maravilha”.

A apropriação do intangível contribui não somente para o mercado de consumo de bens culturais, mas também da própria cidade, agora tratada como espetáculo, sobretudo a partir de valorizações subjetivas que incorporam a cultura popular à afirmação de uma imaginária urbana criativa, diversa e aberta a inovações culturais, técnicas e de seus sujeitos de apropriação material e simbólica. É neste contexto urbano de contradições e conflitos que a cultura se inscreve como centralidade na disputa política do espaço socialmente produzido e, em especial, nos horizontes de sentido em disputa na cidade e da própria sociedade.

Ao afirmar a complexidade e a diversidade da cultura estamos reconhecendo que existem cenas e cenários de interação de trocas simbólicas e da existência de diferentes sujeitos em seus territórios simbólico-existenciais. **Falamos de compartilhamentos de valores, de códigos e de práticas; celebradas em festas, bailes, cineclubes, saraus e rodas culturais, organizadas por jovens em busca de sua afirmação sociocultural nas cidades.** Porém, como afirmar a cultura como plural em sociedades ordenadas em hierarquias poderosas e fundadas em arbítrios dissimulados de superioridade? Como afirmar sociabilidades generosas com a diferença diante do individualismo impulsionado pelo consumo voraz de objetos, imagens e sensações?

A resposta possível às questões formuladas seria **conceber a cultura como prática significativa inscrita no território, portanto eminentemente uma relação intersubjetiva, constantemente atualizada e reiventada em nossas atuações de afirmação como sujeitos sociais.** Por outro lado, entender a cultura como uma prática instituída e instutinte de valores que asseguram pertencimentos coletivos.

Explica-se este legado dos territórios populares especialmente em seu modo de viver a cultura como ação expressivamente relacional, corpórea e intersubjetiva, pois exprimem percursos, memórias e valores inscritos em suas residências de vida. Ou seja, como compartilhamento do território usado. Nesse sentido, **a cultura**

não é apenas um conjunto de práticas simbólicas que aproximam as pessoas, mas também diz respeito as suas expectativas sobre a existência social.

Em uma primeira mirada sobre as favelas e periferias urbanas não identificamos equipamentos de distinção do gosto e do consumo cultural hegemônico. Museus, cinemas, bibliotecas, teatros não ganham destaque na paisagem. Porém, isto não significa que as favelas e periferias não sejam territórios de vivências culturais e invenções estéticas. **Suas ruas, praças, becos e esquinas transbordam repertórios imagéticos que trazem universos outros do fazer e do viver a cultura.** Portanto, é para nós **um equívoco pensar a experiência de criação e fruição estética tendo os equipamentos/instituições (museus, teatros, galerias) como sancionadoras do sentido do belo, exclusivas para a exposição das artes e únicas para oferta do deleite estético.** A ênfase em objetos e espaços físicos muitas vezes ignora **territórios e sujeitos de criação e vivência estética que, inclusive resgatam e afirmam experiências de sensibilidades, emoções e afetividades do ato artístico e cultural.** É o que acontece com os territórios populares, embora geralmente tratados como carentes e miseráveis, sem o devido reconhecimento de suas potências de construção de repertórios e práticas culturais e artísticas.

O sentido da inventividade estética popular faz de campos e quadras de futebol, praças, ruas, becos, muros e escadarias suas territorialidades de representações visuais de desejos, promessas e memórias e, ao mesmo tempo o seu abrigo de socialização em jogos, festejos, brincadeiras, ou simplesmente de ócio. **As sonoridades ganham multiplicidades em bares, biroskas, restaurantes e clubes para se tornarem cenas de samba, forró, rock, hip hop, charme e funk. As lajes se tornam coberturas para os sabores da feijoada na roda de pagode ou, então, tablados para encenação de peças teatrais e exibição de filmes.**

É na construção de repertórios estético-corpóreos em territórios populares que as fachadas das casas e esquinas se cobrem de poesias ao abrigar graffitis e saraus. Sinos, microfones e tambores chamam seus adeptos para orações. De um lado da calçada, os salões de beleza esculpem penteados afros para afirmação de pertencimentos a ancestralidades. Em frente estão as *lan houses* para desafiar encontros dos fluxos virtuais entre distantes e a presença do cotidiano no perambular das pessoas pelas ruas. Enquanto tudo isso acontece, as rodas culturais fazem das praças suas

territorialidades de múltiplas criações estéticas, geralmente convocadas por facebook, instagram, chats e twitter. **São encontros, percursos e invenções múltiplas que fazem o devir da cultura urbana ganhar renovação, sentido e vida.** Há, portanto, um catálogo vívido de múltiplas linguagens, estilos, tradições e inovações nos territórios populares como riqueza cultural da própria cidade, embora sejam notoriamente desprovidos de equipamentos públicos de qualidade técnica e arquitetônica.

Nos territórios populares há experiências de recriação e de retradução de culturas de tradição, em particular as culturas de matriz negra, para além do samba, notoriamente conhecido na inscrição dos *morros cariocas*⁴. É justamente nas favelas e periferias que sabores, rezas, danças e cantares de nossas tradições culturais negras ganham abrigo para continuar existindo. São as residências dos angus e maracatus, do camarão com quiabo e dos lundus e maculelês, dos mucunzás e dos frevos, das canjicas e das folias de reis, das cachaças e do tambor de crioula, das feijoadas e dos jongos, entre tantos outros e outras que renascem em *solos culturais* para serem retraduzidos, registrados e rememorados em favelas e periferias urbanas. São famílias que preservam cultivos e cultos, assim como de amigos apaixonados por musicalidades ancestrais. São, inclusive, os jovens que tomam para si a construção criativa de tradições culturais de pais e avós. **Podemos afirmar que os territórios populares passaram a exprimir e a proteger o patrimônio cultural negro em situação extremamente fragilizada no Brasil.**

É justamente das partilhas do sensível que territorialidades são construídas na sua dimensão pública. Estas renovam tradições culturais em cenas amplamente inseridas no cotidiano de diferentes grupos sociais, assim como das novas mediações técnicas e simbólicas que afirmam suas pertencas culturais. Há, portanto, uma aprofunda diferença entre o que definimos como fruição estética presente nos territórios populares e o consumo individualista de bens culturais distintivos nos espaços formais da cidade. Na verdade, as práticas culturais aludidas se revelam como processos e formas de visibilidade de significados estéticos, posições políticas e territórios de visibilidade, por meio dos quais determinados grupos sociais compartilham suas existências em cidades de desiguais.

4 A localização de conhecidas e populares escolas de samba (Mangueira, Salgueiro, Estácio, Portela) em favelas por si só já denota a relação do estilo estético com o território de existência de negros e suas tradições culturais. Para além dos *morros*, escolas de samba e blocos de carnaval ganharam expressividade em subúrbios e periferias urbanas da cidade do Rio de Janeiro e em tantas outras cidades brasileiras.

As territorialidades da cultura nas favelas e periferias não se configuram como situações extremadas de *submissão ou resistência* à globalização da produção e do consumo cultural urbano. Elas estão para além das simplificações ideológicas e/ou românticas de luta contra o capitalismo, uma vez que significam **um modo de produção da cultura que se afirma pela existência de pertencimentos ao território**, porém com investimentos em relações mais amplas de produção e comunicação com o conjunto da cidade. Fanzines eletrônicos, romances e poesias impressas inventam seus mercados editoriais e seus jovens leitores. Enquanto a produção audiovisual circula por espaços nunca antes navegados pelos autores, chegando a museus e galerias internacionais. Clipes com performances de Rappers e Mc's seguem alcançando milhares de visualizações no *You Tube*. Bailes de funk, de charme e forró levam suas galeras às ruas, aos viadutos e aos clubes. Batalhas de hip hop mobilizam seus poetas e bailarinos ganhando visibilidade nas praças e sonoridade em programas em canais de televisão. Todas são expressões contundentes de uma cultura de massas que emerge em territórios populares, mas os transbordam, para misturas de alegrias, dramas, frustrações, paixões e protestos em perspectivas outras de apropriação estética do espaço urbano e, com estas, reclamar seus direitos à Cidade.

Considerações finais

A cultura é muito mais do que um conceito normativo empregado para definir sujeitos em suas práticas de sociabilidade, ou mesmo no que concerne a distinções sociais de produção e o consumo de bens simbólicos. **A cultura diz respeito às percepções e vivências concretas dos sujeitos no ato de conceber, conhecer e experimentar o mundo socialmente criado – e em criação – em nossos territórios de existências.**

Então, podemos falar em culturas para enfatizar a constelação de saberes-fazeres em toda a pluralidade das relações dos sujeitos imersos em espaço-temporalidades demarcadas: o território usado por coletivos sociais em suas múltiplas relações materiais e simbólicas. É nesse sentido que cultura e o território adquirem enlaces diferenciados, porém estruturados e estruturantes de relações sociais. Portanto, a criação cultural deve ser vivenciada como um processo que visa não somente gerar obras, mas também inventar as possibilidades de compartilhamento de experiências sensíveis, uma vez que própria cultura é sempre diversa, dinâmica e plural.

Ao reconhecer que é na construção simbólico-existencial do território que a cultura ganha pluralidade e complexidade, estamos afirmando sujeitos individuais e coletivos como seus autores estéticos. Portanto, sublinhamos a necessidade de valorização da diferença como matriz de nossa formação cultural, sobretudo ao promover encontros entre distantes e próximos como possibilidade do respeito à alteridade e da tessitura de acontecimentos como mediações para sociabilidades transformadoras do cotidiano.

Se a cultura é patrimônio materialmente inscrito no território, é também conhecimento de nós mesmos, dos outros diferentes e do mundo da vida. Em esquinas de encontros é que a cultura nos permite interrogar sobre a nossa posição social, nossas práticas e condutas sociais. Enfim, do nosso território de existência. Em outros termos, a relação identidade/alteridade é fundamental na construção da cultura como herança e projeto, pois encaminha práticas de aproximação entre o Mesmo e o Outro em diferentes escalas de acontecimentos envolvendo, inclusive, cenas digitais e cenas corpóreas. Portanto, está em causa o desafio da construção de pertencas contrapontísticas à globalização pelo consumo de simulacros de prazer e de distinção social, que se arroga como cultura hegemônica dos horizontes de sentido de toda e qualquer sociedade.

Reside no debate proposto a qualidade da criação cultural, sua potência afirmativa de sociabilidades generosas e sua virtualidade cognitiva da realidade em que vivemos. Neste processo é possível romper com configurações discricionárias de manifestação localista e privada da produção da cultura em espaços exclusivistas, pois o diferente é portador de significação social e traduz, nas tensões que provoca, as mudanças no âmbito das relações entre desiguais. **Como experiência social indivisível, a relação cultura/ território é potência e ato de saberes e fazeres diferentes e, sobretudo, do reconhecimento de possibilidades de questionamento do nosso cotidiano.**

Nesse caminho proposto é que os processos de interação das práticas estéticas e os **sujeitos situados em territorialidades culturais** desafiam à ordem autoritária e discricionária ordenadora das sociedades contemporâneas. Suas referências afetivas, sociais e políticas demonstram muito claramente quais **são os projetos de cidade que estão em jogo na imaginária em disputa.** Podemos concluir, então, que **a relação cultura e território é um tecido construído por sujeitos portadores de concepções, percepções e vivências simbólico-existenciais que assinalam contradições e conflitos, assim como uma reserva radical de invenção democrática da sociedade.**

Referências Bibliográficas

BARBOSA, J. Considerações sobre a relação cultura, território e identidade. Interculturalidades. In. Guelmann, L. (Org.). Niterói: EDUFF, 2006.

BARTH, F. *A Análise da Cultura em Sociedades Complexas*. ContraCapa: Rio de Janeiro, 2000.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: Adorno et al. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BERNARD, M. *O Corpo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In. Corrêa, R.; Rosendahl, Z. (Org.) *Geografia Cultural: Um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. *Géographies et Cultures*. Le Territoire, n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Global y Local*. Madri: Taurus, 1997.

CLAVAL, P. O Território na Pós-modernidade. *GEOgraphia*, POSGEOUFF, Niterói, Vol. 1, n. 2 (1999).

COSTA, E. e BARBOSA, J. Rolezinhos: território e territorialidades em Ciberculturas. *Z Cultural*. Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano XI, n. 1. 2016.

FORQUIN, J-C. *Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GUATARRI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*. Nº 16, 1985

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2005.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, W. Espacios Geográficos y localizaciones epistemológicas. *GEOgraphia*. Ano7, nº13, POSGEO/UFF, 2005.

PECQUEUR, B. *Le développement local: pour une économie des territoires*. Paris: Syros, 2000.

SANTOS, M. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. Florianópolis, *XII Encontro Nacional de Geógrafos*, 2002.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____ O dinheiro e o território. In *Territórios, Territórios*. Niterói/ Rio de Janeiro: PPGEO/UFF; DPA Editora, 2006.

VENTURA, T. Cultura e representação política. In. Alves, P. (Org.). *Cultura: múltiplas leituras*. Salvador: Editora EDUFBA, 2010.

WILLIAMS, R. *Culture*. Londres: Fontana Books, 1981.